

Controvérsias entre Fé e Razão

Por Maurício Cavalcante Rios – Professor de Filosofia do IFBA Campus Salvador.

Resumo

O dilema entre razão e fé envolve problemas filosóficos quanto à possibilidade de conciliação: como é possível ter fé se a razão estabelece dúvidas? É necessário fundamentar a fé, usando a razão ou basta a fé por si só? A contemporaneidade vive uma forte crise de crença em valores absolutos e universais. O relativismo com a tese da igual validade inaugurou um ceticismo radical ou quiçá niilismo? Há alternativa? A tolerância é uma boa alternativa ética, mas vale epistemologicamente?

Palavras-chave: Fé e Razão.

Abstract

The dilemma between reason and faith involves philosophical questions about the possibility of conciliation: how is it possible to have faith if reason establishes doubts? 2. Is it necessary to base the faith, using reason or is faith alone sufficient? Contemporaneity is experiencing a strong crisis of belief in absolute and universal values. Relativism with the thesis of equal validity inaugurated a radical skepticism or perhaps nihilism? Is there an alternative ?. Tolerance is a good ethical alternative, but is it worth epistemologically?

Keywords: Faith and Reason.

1. Introdução

O dilema entre a razão e a fé religiosa envolve uma diversidade de problemas filosóficos que se desenvolveram a partir do que a nossa história ocidental nomeia como antiguidade, idade média, modernidade e, de certa forma, a nossa contemporaneidade. De um modo mais específico, esses problemas concentraram-se no âmago da filosofia e teologia cristã durante a idade média. O ponto central desses problemas refere-se à possibilidade de conciliação entre a razão e a fé. Se, por um lado, a razão é, costumeiramente, representada pelos conhecimentos filosóficos e científicos, por outro lado, a fé

religiosa seria, como habitualmente entendemos, exclusividade de um ato ou estado de convicção ou crença na “palavra revelada”?

Declaramos que o estudo da razão nasceu com os antigos gregos, dentre os quais, destacamos os Pré-socráticos¹, (entre 620a.c – 450a.c), Sócrates (469a.c – 399a.c), Platão² (428a.c – 348d.c), Aristóteles³ (384a.c – 322a.c), até as Escolas Helênicas⁴. Essa forma de pensamento desenvolveu-se por meio de uma linguagem não-mítica, possibilitando relações lógicas e causais entre eventos naturais e, mais tarde, sobre política e ética. Por meio dessa linguagem, o pensamento permitiu a construção e organização de proposições e argumentos capazes de estabelecer explicações em torno do conhecimento como uma “crença verdadeira e justificada”:

Teeteto - Sobre isso, Sócrates, esquecera-me o que vi alguém dizer; porém agora volto a recordar-me. Disse essa pessoa que conhecimento é opinião verdadeira acompanhada da explicação racional, e que sem esta deixava de ser conhecimento. As coisas que não encontram explicações não podem ser conhecidas - era como ele se expressava - sendo, ao revés disso, objeto do conhecimento todas as que podem ser explicadas. (TEETETO 201d)⁵

Para a contemporaneidade, segundo Dutra (2010, p. 33) e, de acordo com a formulação linguística da concepção tradicional, a crença (opinião, doxa ou convicção) verdadeira e justificada é “[...] “proposição” verdadeira e justificada, tal como preferem em geral os epistemólogos no século XX. O termo “proposição” é às vezes substituído por outros termos linguísticos, como “enunciado” ou “sentença”. Cabe perguntar: a fé religiosa é conhecimento? Se a fé religiosa é a convicção ou crença na palavra ou verbo revelado, então, por ser crença na “palavra revelada”, a fé religiosa não é conhecimento? Ou trata-se de uma forma de crença que não deve ser avaliada pela epistemologia tradicional de que conhecimento é “crença verdadeira e justificada”? Voltemos a uma pequena abordagem histórica.

¹ É importante destacar que todos esses anos são aproximados.

² Conferir o Teeteto e o Menon. Respectivamente, tratam do conhecimento e da virtude.

³ Especialmente, a obra Ética a Nicomaco.

⁴ As escolas helênicas são representadas pelos cínicos, estoicos, epicuristas, cétricos e neoplatônicos.

⁵ Refiro-me à parte 201d do diálogo de Platão, Teeteto, traduzido por Carlos Alberto Nunes e publicado pela editora da UFPA, 3ª edição revisada, 2001.

No final da antiguidade, a cultura grega misturou-se com a cultura dos povos semitas⁶, que habitavam o oriente médio, e, conseqüentemente, a filosofia deparou-se com novas ideias e crenças. A partir desse novo contexto cultural, destacamos o contato da tradição filosófica grega com a tradição religiosa judaica que influenciou a formação do cristianismo e, posteriormente, da igreja católica e da cultura cristã na idade média.

O problema da filosofia, nesse momento, foi conciliar a racionalidade da tradição grega com a verdade revelada (palavra ou verbo revelado) por meio da religião judaico-cristã. Esse problema consistia em explicar por argumentos, provas e evidências a existência de Deus e o fundamento da fé. Entretanto, a dificuldade maior para a conciliação da razão com a fé religiosa é a própria característica da filosofia em levantar perguntas, dúvidas, questões e hipóteses sobre a existência ou não do divino. Façamos três perguntas: 1. Como é possível ter fé religiosa na “verdade revelada” se a razão estabelece dúvidas e questões sobre a sua existência mediante o mundo natural? 2. Para se ter fé religiosa, é necessário fundamentá-la na razão ou basta apenas seguirmos essa fé por meio de alguma revelação? Há alguma explicação epistêmica para a revelação?

2. Há Separação Epistêmica entre Fé e Razão?

Santo Agostinho (354d.c – 430d.c), filósofo cristão, afirmou que a razão se relaciona com a fé, tendo em vista que essa última é precedida por algum trabalho da razão quando indagamos sobre a nossa condição humana. Segundo Santo Agostinho, é “necessário compreender para crer e crer para compreender (*“Intellige ut credas, crede ut intelligas”*)”. Agostinho também declara que o ato de crer é um ato de razão:

Quem não vê que primeiro é pensar e depois crer? Ninguém acredita em algo, se antes não pensa no que há de crer. Embora certos pensamentos precedam de um modo instantâneo e rápido a vontade de crer, e esta vem em seguida, e é quase simultânea ao pensamento, é mister que os objetos da fé recebam acolhida depois de terem sido pensados. Assim acontece, embora o ato de crer nada mais seja que pensar com assentimento. Pois, nem todo o que pensa, crê, havendo muitos que pensam, mas não creem; mas todo aquele que crê, pensa, e pensando crê e crê pensando. (AGOSTINHO, 1999)⁷

⁶ Apesar de ser um termo de origem bíblica e questionável antropológicamente, estamos nos referindo especificamente aos povos hebreus que formaram, posteriormente, o Judaísmo: se é religião ou uma forma de cultura, não trataremos disso nesse trabalho. Citamos o Judaísmo como a mais antiga experiência religiosa de caráter profético sobre a “palavra revelada”.

⁷ O ano de 1999 é o da tradução da obra de Santo Agostinho, “A Predestinação dos Santos”

Essa passagem de Santo Agostinho pode levar às seguintes enunciações: 1. A crença depende do pensamento; 2. A vontade de crer é quase simultânea ao pensamento; 3. Os objetos da fé são primeiramente pensados; 4. Há sujeitos que pensam, mas não creem; 5. Todo sujeito que crê, pensa e fundamenta suas convicções em seu pensamento. Nesse caso, se pensamento for o mesmo que a capacidade racional de um sujeito possui de avaliar ou refletir sobre suas crenças, a fé religiosa é antecedida pela reflexão racional de algum sujeito. Em Santo Agostinho, não está claro como esse “pensamento” justifica crenças consideradas verdadeiras. Coloca-se em dúvida: mesmo que os objetos da fé sejam primeiramente pensados, como poderemos demonstrar logicamente os objetos da fé? Como demonstrar, por exemplo, a existência de Deus? Questionar a existência de Deus é um problema filosófico ou é teológico? Vale ressaltar que crer em Deus não é o mesmo que declarar se Deus existe ou não. Nesse sentido, parece haver uma profunda discrepância entre demonstrar logicamente a existência de Deus e ter convicções sobre a existência desse ser. Uma vez que, pela epistemologia tradicional, uma crença só é verdadeira quando justificada, a exigência lógica de uma demonstração capaz de provar enunciados dos objetos da fé tornou-se um problema para a filosofia cristã. A reflexão subjetiva das crenças é o mesmo que demonstrar racionalmente a prova dessas crenças?

A partir de São Tomás de Aquino (1225d.c – 1274d.c), inicia-se a cristianização da filosofia aristotélica, visando superar, novamente, as polêmicas em torno da conciliação entre a fé e a razão. É importante destacar que, antes de Tomás de Aquino, já existiam muitas disputas entre os dialéticos e os teólogos, fazendo com que o papado proibi-se o uso da dialética e o ensino da metafísica e filosofia natural de Aristóteles, pois muitos princípios da filosofia aristotélica eram diferentes da doutrina cristã sobre o mundo, a saber: o universo era incriado, eterno e movido por um “motor imóvel” (1996). Dessa forma, São Tomás de Aquino procurou superar esses dilemas, elaborando uma leitura da filosofia aristotélica capaz de dialogar com a filosofia cristã. A filosofia cristã de São Tomás de Aquino procurou “provar” a existência de Deus a partir de cinco vias que se apresentam resumidas: 1. Primeiro Motor Imóvel: algo que move todo o universo, mas não foi movido por outra causa, sendo, portando princípio de tudo: Deus; 2. Primeira Causa Eficiente: todas os seres do universo têm causa e efeito. A causa não pode coincidir com o efeito, pois seria uma redução ao

absurdo. Uma causa pode possuir uma série infinita de causas anteriores, mas deve existir uma primeira causa não causada; 3. Necessidade e Possibilidade: todos os seres do universo possuem uma existência contingencial que dependem de um necessário absoluto: Deus; 4. Há graus hierárquicos de perfeição nos seres do universo. Nesse sentido, há um grau máximo de perfeição: Deus; 5. Há uma inteligência primeira que atua no movimento dos corpos materiais do universo. Esses corpos tendem a um fim: Deus. Obviamente, os argumentos de São Tomás de Aquino procuraram conciliar uma tentativa de demonstração das provas da existência de Deus com a fé religiosa cristã, mas essa tentativa pertence mais ao campo de uma metafísica-teológica do que uma demonstração lógica e naturalista.

Outros pensadores medievais, como Duns Scotus (1266d.c-1308d.c) e Guilherme de Ockham (1285d.c – 1347d.c), tentaram mostrar que não é possível conciliar “as verdades da fé”⁸ com as “verdades da razão”⁹, uma vez que a filosofia e a ciência têm dificuldades para compreender a fé em conceitos ou provas físicas. Segundo Ockham:

Os artigos de fé não são princípios de demonstração nem conclusões, já que parecem falsos para todos, ou para a maioria ou para os sábios, entendendo por sábios os que se entregam à razão natural, já que só de tal modo se entende o sábio na ciência e na filosofia. (OCKHAM apud REALI, 2004)

Aos artigos de fé, é bastante compreensível que Guilherme de Ockham não esteja se referindo ao estudo da teologia, mas àquelas crenças que não podem ser explicadas por via lógica. A crença em si é um estado mental cuja disposição é desejar ser verdadeira. As crenças sem demonstrações e provas não fazem parte do estudo da epistemologia tradicional e nem de uma teologia racional, mas o estudo das crenças pode ser feito por epistemologias contemporâneas¹⁰.

Após a idade média, tanto a filosofia como as ciências começam a se separar da religião cristã por causa do surgimento de novas concepções antropocêntricas do renascimento e de importantes descobertas que marcariam a idade moderna. O pensamento de Galileu Galilei (1564 d.c – 1642d.c) é considerado um marco na divisão entre religião, ciências e filosofia, pois

⁸ Verdades por meio de uma revelação.

⁹ Verdades justificadas por um processo de argumentação.

¹⁰ Há um bom texto, escrito por Nicholas Wolterstorff, sobre epistemologia da religião no Compêndio de Epistemologia organizado por John Greco e Ernest Sosa, publicado pela Edição Loyola, ano 2008.

utilizando instrumentos, apoiando-se na experiência e, matematizando os dados experimentais, praticamente, ele inaugura os princípios do que entendemos como “método científico”. Durante a idade moderna, a razão foi bastante valorizada culminando no Iluminismo (movimento de ideias que coloca a razão como o único caminho para alcançar a verdade) e permitindo colocar as ciências como a forma superior de conhecimento e considerando as crenças, a fé e as superstições como saberes falsos.

3. Um Pouco mais Adiante: *Deus est cum mortuis?*

Após o fim da idade moderna, Arthur Schopenhauer (1788d.c – 1860d.c) e Friedrich Nietzsche (1844d. – 1900d.c) passaram a duvidar do sucesso da razão, das ciências e, inclusive, da própria religião cristã como guias fundamentais para o sentido da existência humana e para a solução do bem-estar social. Um dos motivos para duvidar do sucesso da racionalidade e do fundamentalismo radical de algumas crenças religiosas está radicado na noção de vontade. Essa vontade passou a assumir adjetivações como: irracional, de viver, de poder e de desejar.

Arthur Schopenhauer declara o seguinte sobre a vontade de viver:

[...] é o númeno do mundo, nada tem de racional: é um ímpeto cego, irresistível, que já vemos aparecer na natureza inorgânica e vegetal, assim como também na parte vegetativa de nossa própria vida. Portanto, o que a vontade sempre quer é a vida, justamente porque esta é apenas a manifestação da vontade na representação, e é simples pleonasma dizer vontade de viver em vez de vontade. (SHOPENHAUER apud ABBAGNANO, 2012)

Sendo o númeno¹¹ a coisa em si ou a realidade em si mesma, tal realidade manifesta uma vontade irracional, uma vontade de viver que não pertence exclusivamente à vontade humana, mas à uma vontade presente na natureza inorgânica e vegetativa da qual também fazemos parte. Nós, sujeitos cognoscentes, somos, em corpo, a objetivação dessa vontade e nossa experiência interna a representação dessa vontade: quando o sujeito desaparece, o mundo como representação deixa de existir. Se a representação do mundo pode ser interpretada como os elementos que formam nossas impressões sensoriais, nossa memória, nossa percepção, nossa imaginação e capacidades cognitivas superiores, então as crenças, a verdade e a

¹¹ Schopenhauer faz referência a Kant quanto à noção de númeno, mas acrescenta a noção de vontade como princípio metafísico de toda a natureza.

racionalidade são representações da vontade desse mundo irracional. De certa forma, a crença em algo é uma vontade ou desejo de que tal crença seja verdadeira.

Friedrich Nietzsche, no livro V da *Genealogia da Moral*, declara que um dos maiores acontecimentos na cultura moral europeia é de que “[...] Deus está morto, que a crença no Deus cristão caiu em descrédito [...]” (1886). Esse descrédito ou niilismo sobre os alicerces dos valores culturais europeus, como a moral cristã e a racionalidade de origem socrático-platônica, é resultado de uma profunda descrença quanto ao ideal de civilização que se harmoniza civilidade (no sentido ético e político) com os produtos do conhecimento. Nietzsche (1886) vai afirmar que a “vontade de verdade” presente nos ideais da filosofia e da ciência reconduz ao problema da moral cristã, pois essa busca incessante pela “verdade” nada mais é do que uma crença em um outro mundo mais perfeito, mais organizado e, obviamente, mais fictício do que o nosso. Para Nietzsche (1886), a vida, a natureza e a história são imorais e, por isso as nossas crenças sobre a ciência nos conduziram à uma ilusão: nossa credulidade ao pressuposto de que a ciência e a filosofia buscam a verdade repousam em um ideal metafísico de uma além-mundo: essa crença em buscar a verdade assemelha-se à crença platônica-cristã de que somente o “Bem” ou “Deus” é a verdade ou a verdadeira luz sobre o nosso mundo: “ O fanatismo é, com efeito, a única “força da vontade” a que também se podem levar os fracos e inseguros, como uma espécie de hipnotização de todo o sistema sensório-intelectual [...] o cristão chama-o sua crença.” (1886)

4. Conclusão

O que restaria então para nós contemporâneos? Uma profunda descrença sobre as diversas formas de conhecimento que construímos ao longo de nossa história? A constatação de que a verdade pode ser relativa a uma cultura, grupo social, religião, teorias científicas e as diversas formas de filosofia é uma absoluta desconstrução e niilismo? Assim, a contemporaneidade é marcada por uma crise sobre a fé na racionalidade e a fé em si, mas há quem deseje as ciências como há quem deseje a fé. Se a possibilidade de conciliar a fé com a razão não está resolvida, podemos afirmar que a adoração que muitos fazem sobre o atual progresso da tecnociência não deixa de ser um tipo de fé que se

coloca acima da arte, filosofia, religião e senso comum. Uma boa alternativa é a manutenção da tolerância entre os saberes, permitindo o diálogo entre nossas crenças, ideias e problemas.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**, Editora Martins Fontes, São Paulo, 2012

AGOSTINHO, Santo. **A Predestinação dos Santos**. Trad. Agostinho Belmonte. Rev. H. Dalbosco. São Paulo: Paulus, 1999

AQUINO, São Tomás. **Vida e Obra**. In: Coleção os Pensadores. Editora Nova Cultural, 1996

DUTRA, Luiz Henrique de Araújo. **Introdução à Epistemologia**. Editora UNESP, São Paulo, 2010.

GUILHERME DE OCKHAM. **Lectura Sententiarum**. In; REALE, Giovanni. ANTISERI, Dario. História da Filosofia: Patrística e Escolástica. 2ª ed. Trad. Ivo Storniolo. Rev. Zolferino Tonon. São Paulo: Paulus, 2004.

NIETZSCHE, Friedrich. **A Gaia Ciência**. In: Coleção os Pensadores, Editora Nova Cultural, 1996 [1886]

PLATÃO. Teeteto. Tradução de Carlos Alberto Nunes, 3ª edição revisada, Editora UFPA, Belém, 2001.

SHOPENHAUER, Arthur. O Mundo como Vontade e Representação. In: